

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<u>Despacho n.º 2510/2022 de 19 de dezembro de 2022</u>	2022.12.19	Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	Despacho n.º 2510/2022 de 19 de dezembro de 2022



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/2486 de 16 de dezembro de 2022</u>	2022.12.19	Comissão Europeia	Altera o anexo I do Regulamento de Execução (UE) 2021/605 que estabelece medidas especiais de controlo da peste suína africana.
<u>Regulamento de Execução (UE) 2022/2487 de 16 de dezembro de 2022</u>	2022.12.19	Comissão Europeia	Altera os anexos V e XIV do Regulamento de Execução (UE) 2021/404 no que diz respeito às entradas relativas ao Canadá, ao Reino Unido e aos Estados Unidos nas listas de países terceiros autorizados para a entrada na União de remessas de aves de capoeira, produtos germinais de aves de capoeira e carne fresca de aves de capoeira e de aves de caça.
<u>Decisão (UE) 2022/2488 de 14 de novembro de 2022</u>	2022.12.19	Conselho Europeu	Relativa à posição a tomar em nome da União Europeia no âmbito do Conselho Internacional do Açúcar relativamente à adesão do Reino da Arábia Saudita ao Acordo Internacional do Açúcar de 1992

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

◆ Contas Regionais 2021 (Dados Provisórios)

No ano de 2021, marcado pela recuperação dos efeitos económicos da pandemia COVID-19, o Produto Interno Bruto Regional (PIB) dos Açores ascendeu a 4 421 milhões de euros, o que representou um aumento nominal de 6,2% (-7,2% em 2020) e real de 5,0% (-9,1% em 2020).

[Consulte o documento](#)

Fonte: [SREA \(azores.gov.pt\)](http://srea.azores.gov.pt)



Portugal

Eventos

◆ GPP promoveu debate sobre agricultura biológica e outros modos de produção sustentável

A apresentação e debate do tema da edição n.º 26 da publicação CULTIVAR – “Agricultura biológica e outros modos de produção sustentável”, decorreu a 15 de dezembro de 2022 no Salão do Marquês do Ministério da Agricultura e da Alimentação, em Lisboa.

O Diretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), Eduardo Diniz, efetuou o enquadramento da sessão e do tema em debate, seguindo-se uma breve apresentação do panorama da agricultura e produção biológica em Portugal por Rogério Ferreira, Diretor-Geral da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR). A mesa redonda contou com a participação de Catarina Grilo (Bióloga, Associação Natureza Portugal / World Wide Fund For Nature), Francisco Bento dos Santos (Quinta do Monte D’Oiro), João Madeira (Engenheiro Agrónomo) e Pedro Pimentel (Diretor-Geral, Centromarca). A moderação do painel foi assegurada por Magda Fontes (Professora, Faculdade de Medicina Veterinária-ULisboa).

A reflexão sobre este tema assume relevância, decorrente do facto de os modos de produção sustentável estarem no centro das estratégias e políticas europeias em termos agroambientais e alimentares. Sendo um dos principais objetivos da agricultura biológica a preservação dos recursos e a manutenção do elevado nível de biodiversidade, os convidados salientaram os grandes desafios deste modo de produção. Desde o aumento e divulgação do conhecimento e apoio técnico junto dos agricultores, ao estímulo do consumo de produtos biológicos, ao desenvolvimento da organização da produção em agricultura biológica, ao aumento da oferta de produtos biológicos e aumento do número de Bio-regiões. Entre os fatores associados a esta temática, foram mencionados alguns que são determinantes não só para a evolução do setor, assim como para o cumprimento da meta de conversão de pelo menos 25% das terras agrícolas da União

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

Europeia (UE) em agricultura biológica até 2030. Foram destacados fatores como a mecanização nos modos de produção sustentável, o investimento em práticas de trabalho das plantas, dos animais e do solo de forma sinérgica, a redução da dependência de recursos externos, o maior escrutínio dos resultados, a diferenciação de preços junto do consumidor, a introdução de novas abordagens para promoção e comercialização destes produtos.

Durante o debate foram questionadas as soluções que poderão contribuir efetivamente para uma redução da pegada ambiental em convergência com a biodiversidade, segurança e abastecimento alimentar. Para além disso, a aposta na formação, a partilha de boas práticas de gestão e a ênfase no selo ao invés da marca “bio” poderão favorecer práticas de consumo sustentável e uma maior adesão a modos de produção sustentável.

Durante o debate foram questionadas as soluções que poderão contribuir efetivamente para uma redução da pegada ambiental em convergência com a biodiversidade, segurança e abastecimento alimentar. Para além disso, a aposta na formação, a partilha de boas práticas de gestão e a ênfase no selo ao invés da marca “bio” poderão favorecer práticas de consumo sustentável e uma maior adesão a modos de produção sustentável.

Gravação do debate

Fonte: [GPP promoveu debate sobre agricultura biológica e outros modos de produção sustentável | Disponível a gravação da sessão | Notícias](#)

❖ **COP15: Objetivo de proteger 30% do planeta mantido no projeto de acordo**

A presidência chinesa da COP15 manteve o objetivo de proteger 30% do planeta no compromisso que apresentou hoje aos negociadores, propondo atingir pelo menos 20 mil milhões de dólares de ajuda anual dos países ricos para o acordo de biodiversidade.

Os negociadores na 15.ª conferência da ONU sobre biodiversidade (COP15), que decorre em Montreal, devem aprovar até segunda-feira, com base no texto da presidência, um “pacto de paz com a natureza”.

Para tentar resolver a questão financeira, a China propõe chegar “pelo menos a 20 mil milhões de dólares” de ajuda internacional anual para a biodiversidade até 2025 e “pelo menos 30 mil milhões até 2030”, segundo o projeto de acordo divulgado hoje.

Os países em desenvolvimento, liderados por Brasil, Índia e Indonésia, reclamavam um aumento para 100 mil milhões de dólares anuais da ajuda dos países ricos para salvaguardar a natureza, um apoio que atualmente está estimado entre sete e 10 mil milhões de dólares.

Os países do sul também estão a pressionar para a criação de um novo fundo global distinto dedicado à biodiversidade, como o obtido em novembro na COP27 no Egito para os ajudar a lidar com os danos climáticos.

Neste ponto, a China propõe um compromisso para se criar divisão dedicada à biodiversidade no seio do atual Fundo Mundial para o Meio Ambiente.

No projeto de acordo, a China mantém a proposta de colocar pelo menos 30% das terras e mares sob um nível mínimo de proteção. Atualmente 17% das terras e 8% dos mares estão protegidos.

Fonte: [COP15: Objetivo de proteger 30% do planeta mantido no projeto de acordo - Agroportal](#)

❖ **Acordo na UE sobre vasta reforma do mercado de carbono**

Eurodeputados e Estados-membros da UE chegaram hoje a acordo sobre uma vasta reforma do mercado de carbono europeu, fundamental no plano climático dos “27”.

O acordo aumenta as ambições do atual mercado de carbono da UE, eliminando gradualmente os “direitos de poluição” gratuitos atribuídos à indústria.

Ao mesmo tempo, prevê cobrar pelas emissões provenientes do aquecimento de edifícios e do transporte rodoviário, com um limite de preço para evitar sobrecarregar as famílias, de acordo com uma declaração do Parlamento Europeu sobre o acordo alcançado ao fim de cerca de 30 horas de duras conversações.

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

Para cobrir as emissões de dióxido de carbono (CO₂), os produtores de eletricidade e as indústrias de energia intensiva (aço, cimento, etc.) na UE devem atualmente adquirir “licenças de poluição” no Regime de Comércio de Emissões da União Europeia (ETS), criado em 2005 e aplicável a 40% das emissões do continente.

Nos termos do acordo, o ritmo de redução das licenças propostas será acelerado, com uma redução de 62% até 2030, em comparação com 2005 (e com o objetivo anterior de 43%), o que significa que as indústrias em causa serão obrigadas a reduzir as emissões em 62%.

O mercado do carbono será gradualmente alargado ao setor marítimo, às emissões dos voos no espaço europeu, para os quais as licenças gratuitas atualmente atribuídas serão abolidas, e a partir de 2028 aos locais de incineração de resíduos (sujeito a um estudo favorável por Bruxelas).

Em troca da introdução de uma “taxa sobre o carbono” nas fronteiras, a UE vai gradualmente eliminar as licenças de emissão gratuitas distribuídas até à data aos fabricantes europeus para lhes permitir competir com as empresas não europeias.

Pelo menos 48,5% destes “direitos de poluir” gratuitos serão abolidos até 2030 e vão desaparecer completamente até 2034, um calendário que foi objeto de uma acesa disputa entre os eurodeputados e os Estados-membros.

Outra questão controversa foi a proposta da Comissão Europeia de criar um segundo mercado de carbono (ETS2) para o aquecimento de espaços e combustíveis rodoviários.

Dado o impacto social da medida, os deputados europeus defenderam a aplicação inicial a edifícios de escritórios e veículos pesados de mercadorias.

No final, as famílias vão pagar um preço de carbono sobre o combustível e gás ou aquecimento a partir de 2027, mas este preço será limitado até 2030, e se o atual aumento dos preços da energia continuar, a aplicação será adiada por um ano.

As receitas do novo mercado vão ser utilizadas para financiar um Fundo Climático Social de 86,7 mil milhões de euros, que foi criado para ajudar as famílias e empresas vulneráveis com a transição energética.

Fonte: [Acordo na UE sobre vasta reforma do mercado de carbono - Agroportal](#)

❖ Comissão Europeia marca o início da nova PAC a 1 de janeiro de 2023

A aprovação dos 28 planos estratégicos (um para cada país da UE e dois para a Bélgica) pela Comissão Europeia marca o início da nova política agrícola comum, prevista para 1 de janeiro de 2023. Um financiamento da UE de 264 mil milhões de euros ajudará os agricultores europeus a adaptarem-se à transição para um setor agrícola sustentável e resiliente e contribuirá para preservar a vitalidade e a diversidade das zonas rurais.

Com o cofinanciamento e o financiamento nacional complementar, o orçamento público total dedicado aos agricultores e às comunidades rurais ascenderá a 307 mil milhões de EUR para o período 2023–2027. Outros programas abrangidos pelo âmbito de aplicação da PAC, mas não pelos planos estratégicos da PAC, como o programa POSEI para as regiões ultraperiféricas, o regime da UE de distribuição nas escolas e os programas de promoção, beneficiarão de um financiamento adicional da UE de 6 mil milhões de EUR.

Uma PAC mais justa

Todos os planos estratégicos apoiam, enquanto objetivo fundamental, o rendimento viável e a resiliência das explorações agrícolas. Eis alguns exemplos do apoio prestado:

Os pagamentos diretos da PAC continuam a ser uma rede de segurança para os agricultores. Os agricultores elegíveis receberão todos os anos perto de 20 mil milhões de EUR de apoio ao rendimento de base. Este apoio está, porém, subordinado à aplicação pelos agricultores de normas de base reforçadas para boas condições agrícolas e ambientais (BCAA). Prevê-se que as BCAA cubram quase 90 % das terras agrícolas da UE.

A nova PAC dirigirá uma percentagem mais alta de apoio público para aqueles que dele mais necessitam. As pequenas e médias explorações agrícolas de 25 países da UE receberão um apoio ao rendimento mais elevado graças a um pagamento redistributivo que ascende a 10,6% de todos os pagamentos diretos. Este montante cifrar-se-á em 4 mil milhões

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

de EUR por ano, ou seja, 2,5 vezes mais do que os pagamentos redistributivos no âmbito da atual PAC (2014–2020) aplicados apenas por dez Estados-Membros.

A fim de ajudar os agricultores a enfrentar as crises, 15% das explorações agrícolas da UE receberão apoio para sub-screver prémios de seguro e participar em fundos mutualistas ou noutros instrumentos de gestão dos riscos.

Comparativamente a 2022, o apoio às proteaginosas/leguminosas através do apoio associado ao rendimento aumentará 25%. Esta medida contribuirá para tornar os agricultores da UE menos dependentes das importações e da utilização de determinados fertilizantes. Dezassete outros setores que atravessam dificuldades receberão igualmente apoio associado, beneficiando 21 % das explorações agrícolas da UE.

Uma PAC mais verde

Três dos dez objetivos específicos da PAC dizem diretamente respeito ao ambiente e ao clima. Graças à cláusula de «não retrocesso», nos seus planos da PAC os Estados-Membros são obrigados a subir a fasquia em comparação com a situação atual. Daqui resulta que, do ponto de vista ambiental e climático, esta PAC é a mais ambiciosa de sempre.

Nos planos estratégicos da PAC, quase 98 mil milhões de EUR, o que corresponde a 32% do financiamento total da PAC (UE e cofinanciamento), serão consagrados à obtenção de benefícios para o clima, a água, o solo, o ar, a biodiversidade e o bem-estar dos animais, e ao incentivo a práticas que vão além da condicionalidade obrigatória. Uma análise da repartição deste montante entre instrumentos e fundos mostra que 24% dos pagamentos diretos são dedicados a regimes ecológicos, enquanto 48% das despesas de desenvolvimento rural, relativas a todos os planos, apoiarão plenamente os objetivos ambientais e climáticos.

Os planos incentivarão os gestores de terras a fixar o carbono no solo e na biomassa, a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e a contribuir para a adaptação em 35% da superfície agrícola da UE através de práticas de gestão adequadas, como a gestão extensiva dos prados, o cultivo de leguminosas e de culturas secundárias, a fertilização biológica ou a agrossilvicultura.

Com base nas novas obrigações para os agricultores, prevê-se que a rotação de culturas seja praticada em cerca de 85 % das terras aráveis apoiadas pela PAC. Tal contribuirá para perturbar os ciclos das pragas e das doenças, reduzindo assim a utilização e o risco de pesticidas. Para ir mais longe, mais de 26% das terras agrícolas da UE receberão apoio, com vista, nomeadamente, à adoção de práticas de proteção integrada das culturas e à utilização de métodos não químicos de controlo de pragas ou agricultura de precisão.

O apoio da PAC à produção biológica em 2027 quase duplicará em comparação com a superfície financiada em 2018. Esta medida contribuirá significativamente para concretizar as ambições nacionais dos Estados-Membros de aumentar a superfície dedicada à agricultura biológica, compreendida entre 5 e 30 % em 2030.

Os investimentos previstos na produção de energias renováveis nas explorações agrícolas acrescentarão à capacidade de produção de energia da UE 1,556 MW.

Uma PAC mais social

As zonas rurais da UE enfrentam vários desafios, identificados na comunicação relativa a uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE, incluindo o despovoamento, o acesso aos serviços básicos e o seu melhoramento, as oportunidades de emprego e a necessidade de melhorar a conectividade. A PAC investirá no tecido social e económico das zonas rurais da UE.

O apoio específico aos jovens agricultores ocupa um lugar de destaque em todos os planos aprovados e os países da UE ultrapassaram o requisito mínimo de consagrar 3% dos seus pagamentos diretos à renovação geracional. No total, um montante de 8,5 mil milhões de EUR de despesas públicas ajudará os jovens agricultores a instalarem-se, investirem e manterem a sua atividade nos primeiros anos de atividade. Para o período 2023–2027, está prevista a instalação de 377 000 novos jovens agricultores a tempo inteiro. Alguns Estados-Membros preveem esforços suplementares para incentivar a sucessão nas explorações agrícolas, reforçar a igualdade de género nas zonas rurais e reforçar a posição das mulheres na agricultura.

O desenvolvimento local é também incentivado graças a 7,7 % do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), dedicados às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (a chamada abordagem LEADER).

Folha Informativa SRADR

2022-12-19

Esta percentagem corresponde a 5 mil milhões de EUR. Uma vez aplicadas, estas estratégias deverão abranger 65 % da população rural europeia.

Os pagamentos da PAC serão pela primeira vez ligados ao respeito de determinadas normas sociais e laborais da UE e os beneficiários serão incentivados a melhorar as condições de trabalho nas explorações agrícolas.

Os planos apoiarão investimentos destinados a tornar a vida e o trabalho nas zonas rurais mais atrativos, com o objetivo de criar, pelo menos, 400 000 postos de trabalho. Do mesmo modo, será prestado apoio ao investimento em tecnologias e serviços digitais a fim de otimizar a eficiência na utilização dos recursos.

Mais de 6 milhões de pessoas beneficiarão diretamente de aconselhamento, formação e intercâmbio de conhecimentos financiados pela PAC, ou participarão em projetos de inovação no âmbito da Parceria Europeia de Inovação, com incidência no desempenho ambiental e climático ou nos aspetos sociais e rurais.

Fonte: [Comissão Europeia marca o início da nova PAC a 1 de janeiro de 2023 | Agrotec.pt](#)



União Europeia



Notícias da Comissão Europeia

◆ Primeiro relatório da atribuição de títulos verdes nextGenerationEU confirma que os fundos permitiram investimentos sustentáveis

Um ano após a emissão do primeiro Título Verde NextGenerationEU, a Comissão Europeia publicou o seu primeiro relatório.

De acordo com o relatório, os fundos angariados através das “Obrigações Verdes NextGenerationEU” estão a ser utilizados para investimentos sustentáveis, no pleno respeito com os compromissos assumidos no âmbito do quadro de obrigações verdes da NextGenerationEU. O relatório é também mais uma demonstração do total empenho da Comissão em matéria de transparência e de comunicação aberta com os participantes no mercado, que tem sido um dos seus princípios orientadores.

[Mais informações](#)

Fonte: [First NextGenerationEU Green Bonds allocation report confirms funds have enabled sustainable investments \(europa.eu\)](#)



Notícias do Parlamento Europeu

◆ Delegação do Comité do Mercado Interno e da Defesa do Consumidor em visita à Irlanda

De 19 a 21 de dezembro de 2022, uma delegação do comité da IMCO visitará a Irlanda para avaliar as relações comerciais em curso entre a UE e o Reino Unido após o Brexit.

Folha Informativa SRADR

2022-12-19



Notícias do Parlamento Europeu

A delegação do Mercado Interno e da Defesa do Consumidor tem como objetivo avaliar a aplicação do protocolo sobre a Irlanda e a Irlanda do Norte e compreender melhor os efeitos que isso poderá ter no mercado interno da UE e na União Aduaneira, bem como nas empresas e nos consumidores.

Mais informações

Fonte: [Internal Market and Consumer Protection Committee delegation to visit Ireland | News | European Parliament \(europa.eu\)](#)